

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatório a constituição de mandatário judicial.

Data: 07-04-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *A. Barata*.

303118227

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

Anúncio n.º 3389/2010

Prestação de contas administrador (CIRE) — Processo: 1301/05.7TBLSD-D

N/Referência: 1910080

Administrador Insolvência: José Miguel Alves Sampaio Rebelo
Insolvente: CARLINO — Componentes Para Calçado, Ldª

A Dr.ª Marta Queirós, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente CARLINO — Componentes Para Calçado, Ldª, NIF — 504658700, Endereço: Granja, Barrosas, 4620 Lousada, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 19-03-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Marta Queirós*. — O Oficial de Justiça, *Rute Pereira*.

303057607

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO DA RESTAURAÇÃO

Anúncio n.º 3390/2010

Processo de Insolvência n.º 483/08.0TBOLH

Silvestre & Machado, L.ª, NIF — 504089021, Endereço: Zona Industrial — Docca Pesca, 8700-407 Olhão, com sede na morada indicada.

É Administrador da Insolvência:

Luís Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, Contabilista, estado civil: Desconhecido, nascido em 02-01-1957, nacional de Portugal, NIF — 139131469, BI — 4900129, Endereço: Rua Dr. Emiliano da Costa N.º 89 A, 8000-324 Faro.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho de 09-01-2009 e o encerramento deve-se aos motivos do disposto na al. d) do n.º 1 do artigo 230.º do CIRE.

Efeitos do encerramento:

— Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios — artigo 233.º, n.º 1, al a) do CIRE.

— Cessam as atribuições da comissão de credores — artigo 233.º, n.º 1 do CIRE.

— Cessam as atribuições do Sr. Administrador da Insolvência — artigo 233.º, n.º 1, al b) do CIRE.

— Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, al c) do CIRE.

— Os credores da massa insolvente podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º, n.º 1, al d) do CIRE.

Ao Administrador da Insolvência, foi comunicado de os respectivos anúncios para publicação foram remetidos à INCM via internet.

Olhão, 12-01-2009. — O Juiz de Direito, *Dr. Rodolfo Santos de Serpa*. — O Oficial de Justiça, *Regina Maria Lopes V. Godinho*.

301231745

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 3391/2010

Processo: 938/09.0TBPFR-B

Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Freamtex — Confecções, L.ª

N/Referência: 2736680

A Dr.ª Paula Cristina B. Gonçalves, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Freamtex — Confecções, L.ª, NIF — 508804469, Endereço: Rua Francisco Carneiro n.º 115, 4590-593 Paços de Ferreira, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

24-03-2010. — A Juíza de Direito, Ass) *Dr.ª Paula Cristina B. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, Ass) *Lígia Castro*.

303079234

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 3392/2010

Processo: 2178/06.0TBPFR-R — Prestação de Contas

Insolventes: Luís Moreira Jorge e Maria Luísa Jorge Vieira Andrade

Notificação dos credores e devedores para se pronunciarem relativamente às contas da massa insolvente

A Dr.ª Sofia de Castro Lopes, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e os insolventes Luís Moreira Jorge, estado civil: Casado, nascido(a) em 07-02-1940, freguesia de Frazão [Paços de Ferreira], nacional de Portugal, NIF — 115893954, BI — 2928172, e Maria Luísa Jorge Vieira Andrade, estado civil: Casado, nascido(a) em 20-04-1942, freguesia de Frazão [Paços de Ferreira], NIF — 151567727, BI — 3277678, ambos com endereço na Rua de Moinhos, N.º 83, Frazão, 4595-160 Paços de Ferreira, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Paços de Ferreira, 19-03-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sofia de Castro Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Telmo Ferraz*.

303076212

TRIBUNAL DA COMARCA DE PINHEL

Anúncio n.º 3393/2010

**Processo: 8/10.8TBPNH
Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Insolvente: Carlos Manuel Soares Monteiro e Maria João Almeida Passos Monteiro.

Insolvente — Carlos Manuel Soares Monteiro, estado civil: Casado (regime: comunhão de adquiridos), nascido em 12-08-1970, freguesia de Azeite [Pinhel], nacional de Portugal, NIF — 193487144, BI — 9595999, Endereço: Rua Comandante José Ferreira, N.º 16, 6400-399 Pinhel

Insolvente — Maria João Almeida Passos Monteiro, estado civil: Casado (regime: comunhão de adquiridos), nascida em 13-06-1976, concelho de Pinhel, freguesia de Vale da Madeira [Pinhel], nacional de Portugal, NIF — 217481639, BI — 10751165, Endereço: Rua do Comandante José Ferreira N.º 16, Pinhel, 6400-399 Pinhel.

Administrador da Insolvência — Luís Gonzaga Rita dos Santos, Endereço: Rua António Sérgio, Edifício Liberal, 3.º Piso, Letra P, 6300-665 Guarda

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência da massa.

Efeitos do encerramento: Os constantes do artigo 233.º do CIRE.

Data: 06-04-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rosa Inês Rodrigues de Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Maria Manuela B. T. Sampaio*. 303129479

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 3394/2010

**Processo: 664/10.7TBVFR
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Corticeira Oliveira, Limitada
Credor: Millennium BCP — Banco Comercial Português, S. A. e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira, 1.º Juízo Cível de Santa Maria da Feira, no dia 17-02-2010, pelas 13h30 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Corticeira Oliveira, Limitada, NIF — 502128550, Endereço: Rua de Vilas, n.º 360, Mozelos, 4535-000 Mozelos Vfr com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Manuel de Oliveira e Silva, nascido(a) em 23-03-1970, freguesia de Mozelos [Santa Maria da Feira], BI — 9332550, Endereço: Travessa do Pego, 60, 4535-249 Mozelos Vfr

António de Oliveira e Silva, BI — 5077336, Cartão de Eleitor — 4276, Endereço: Rua de Vilas, n.º 257, Mozelos, 4535-000 Mozelos Vfr a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Conceição Santos, Endereço: Rua de S. Nicolau, n.º 2 — 1.º Sala 102, Santa Maria da Feira, 4520-248 Santa Maria da Feira

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20-04-2010, pelas 13:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea *c* do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

N/Referência: 6429926

Data: 05-04-2010. — Nome: *Dr.ª Maria Margarida Neves*, Cargo: O Juiz de Direito. — Nome: *Amélia Oliveira*, Cargo: O Oficial de Justiça. 303110589

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIROSO

Anúncio n.º 3395/2010

**Insolvência pessoa singular (Apresentação) n.º 2825/09.2TBSTSN/
Referência: 4842359**

Insolvente: Victor José Silva Campos
Presidente Com. Credores: Banco Popular Portugal, S. A. e outro(s).

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Victor José Silva Campos, estado civil: Desconhecido, NIF — 199212627, Endereço: Rua Poeta Afonso Lopes Vieira, N.º 58, 4785-389 Trofa.

Dr(a). Costa Araújo, Endereço: R. José António P. P. Machado, 369 — 1.º Esq., 4750-309 Barcelos.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Jorge Ruben Fernandes Rego, Endereço: Rua Álvaro Castelões, 821-S/3.2, 4450-043 Matosinhos.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que afixa, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;